

O DIREITO À CIDADE E A DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: o caso do Residencial Vila dos Pescadores, em Maceió/AL.

THE RIGHT TO THE CITY AND THE DIGNITY OF ELDERLY PEOPLE IN THE PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: the case of Residencial Vila dos Pescadores, in Maceió / AL.

EL DERECHO A LA CIUDAD Y LA DIGNIDAD DE LAS PERSONAS MAYORES EN EL PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: el caso del Residencial Vila dos Pescadores, en Maceió / AL.

RESUMO

A população idosa cresce de forma acentuada e, decorrente desta condição, surgem questões relativas ao habitar que devem ser tratadas, no sentido de promover a capacidade funcional e fortalecer a dignidade desta população. Esta pesquisa, estuda as necessidades habitacionais do idoso de baixa renda e sua inserção urbana, de modo a contribuir para o debate sobre o planejamento urbano inclusivo. Questiona-se como a atual dinâmica da política habitacional brasileira e em especial, o PMCMV, impacta a vida das pessoas idosas de baixa renda, considerando o conceito de moradia digna, habitação de interesse social, direito à cidade e as condições de inserção urbana oferecidas pela nova moradia. Para tal, utiliza-se do caso do Residencial Vila dos Pescadores, em Maceió/AL, destinado a famílias de baixa renda, a partir da coleta de dados por observação simples e entrevistas semiestruturadas, com os moradores idosos do conjunto. A pesquisa é de caráter exploratório e realizada sob abordagem qualitativa. Ao final, pretende-se que o debate levantado a partir do caso apresentado, contribua para a definição dos

 Rodrigo Procópio Cunha^a

 Débora de Barros Cavalcanti
Fonseca^b

^{ab} Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

DOI: 10.12957/geouerj.2022.57038

Correspondência:
arq.rodrigoprocopio@gmail.com

Recebido em: 11 jan. 2021

Revisado em: 07 fev. 2022

Aceito em: 09 fev. 2022



critérios de qualidade da habitação de interesse social, provida à população idosa de baixa renda, indicando caminhos para que a política habitacional e urbana leve em conta, e de modo coerente, o envelhecimento populacional.

Palavras-chave: direito à cidade e à moradia digna; envelhecimento populacional; habitação de interesse social; Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Residencial Vila dos Pescadores.

ABSTRACT

The elderly population grows sharply and as a result of this condition, questions arise about living that must be addressed, in order to promote functional capacity and strengthen the dignity of this population. This research studies the housing needs of the low-income elderly and their urban insertion, in order to contribute to the debate on inclusive urban planning. And it questions how the current dynamics of Brazilian housing policy and, in particular, the PMCMV impacts the lives of low-income elderly people, considering the concept of decent housing, social housing, the right to the city and the conditions of urban insertion offered by the new home. To this end, we use the case of Residencial Vila dos Pescadores, in Maceió / AL, for low-income families, based on data collection by simple observation and semi-structured interviews with elderly residents of the residential. The research is exploratory and carried out under a qualitative approach. In the end, it is intended that the debate raised from the case presented, contribute to the definition of the social housing quality criteria provided to the low-income elderly population, indicating ways for housing and urban policy to take into account, and in a consistent, population aging.



Keywords: right to the city and decent housing; population ageing; social interest housing; Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Residencial Vila dos Pescadores.

RESUMEN

La población anciana crece de forma pronunciada y como consecuencia de esta condición, surgen interrogantes sobre el vivir que deben ser abordados, con el fin de promover la capacidad funcional y fortalecer la dignidad de esta población. Esta investigación estudia las necesidades habitacionales de las personas mayores de bajos ingresos y su inserción urbana, con el fin de contribuir al debate sobre la planificación urbana inclusiva. Y cuestiona cómo la dinámica actual de la política habitacional brasileña y, en particular, el PMCMV impacta la vida de las personas mayores de bajos ingresos, considerando el concepto de vivienda digna, vivienda social, el derecho a la ciudad y las condiciones de inserción urbana que ofrece la nueva casa. Para ello, utilizamos el caso del Residencial Vila dos Pescadores, en Maceió / AL, para familias de bajos ingresos, a partir de la recogida de datos mediante observación simple y entrevistas semiestructuradas con ancianos residentes del residencial. La investigación es exploratoria y se realiza bajo un enfoque cualitativo. En definitiva, se pretende que el debate suscitado a partir del caso presentado, contribuya a la definición de los criterios de calidad de la vivienda social que se brindan a la población anciana de bajos ingresos, indicando formas a tener en cuenta de la política habitacional y urbana, y de manera envejecimiento constante de la población.



Palabras-clave: derecho a la ciudad y vivienda digna; envejecimiento de la población; vivienda de interés social; Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); Residencial Vila dos Pescadores.



INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento populacional que ocorre em todo o mundo vem sendo creditado por estudiosos do tema, ao aumento da expectativa de vida, ao avanço tecnológico nas áreas da saúde e aos novos arranjos familiares, que deixam de ser famílias numerosas, e passam a ser menores e mais diversificadas, com a quantidade de filhos reduzida ou sem filhos, diminuindo, assim, os índices de fecundidade (IBGE, 2018a; IBGE, 2018b; LEONE *et al*, 2010).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, o número de pessoas acima de 60 anos no país era de 25,4 milhões. Em 2017, ultrapassou-se a marca dos 30,2 milhões de idosos, um aumento de 18% em 5 anos. Deste número, 56% são mulheres (16,9 milhões) e 44% homens (13,3 milhões) (IBGE, 2018a; IBGE, 2018b).

Neste contexto, evidencia-se o grande número de pessoas idosas de baixa renda, com rendimentos de até três salários-mínimos, demandando atenção do poder público, para a garantia de direitos fundamentais (SILVA, 2019). Embora o direito à moradia seja um direito fundamental à dignidade da pessoa humana de todas as faixas etárias, explicitamente citado na legislação brasileira, as demandas habitacionais das pessoas de baixa renda são maiores e mais urgentes. Junto com essa problemática, crescem, também, as demandas pelo direito à cidade (direito de usar a cidade, de se inserir nela – LEFEBVRE, 2011).

O recorte do estudo será o caso de um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destinados à faixa 1, de baixa renda. Tal faixa foi escolhida para a presente investigação, partindo do entendimento de que, as famílias que se encontram nesta faixa, são aquelas mais afetadas pelos aspectos negativos do programa, principalmente a questão da localização periférica dos conjuntos, uma vez que não possuem opções de escolha: as necessidades destas famílias são atendidas por conjuntos habitacionais produzidos pelo setor privado, com o aval do poder público. (CARDOSO e ARAGÃO, 2013; MARICATO, 2014; ROLNIK e NAKANO, 2009).

Geralmente estas famílias vão ocupar os conjuntos habitacionais nas periferias urbanas, mais distantes dos centros urbanos e mais carentes de serviços públicos de qualidade. Deste modo, como tem sido recorrentemente mencionado pelos estudos de habitação de interesse social (HIS), a localização em que os conjuntos habitacionais são instalados é um dos grandes problemas do



PMCMV, além de sua estrutura institucional e operacional (CARDOSO e ARAGÃO, 2013; MARICATO, 2014; ROLNIK e NAKANO, 2009).

O conjunto habitacional escolhido para ser objeto de estudo dessa pesquisa é o Residencial Vila dos Pescadores, situado no bairro do Trapiche da Barra, na cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

A pesquisa apresentada neste artigo, busca entender como a dinâmica da política habitacional brasileira durante o programa de provisão habitacional PMCMV impacta a vida das pessoas idosas de baixa renda, na sua autonomia e capacidade funcional, considerando o conceito de moradia digna, HIS e as condições de inserção urbana, oferecidas pela localização da moradia.

A pesquisa e metodologia

A pesquisa é qualitativa, utilizando-se de um levantamento bibliográfico em um primeiro momento. Seguiram-se visitas de campo, observação direta do pesquisador e entrevistas semiestruturadas com os moradores do Residencial Vila dos Pescadores, utilizando como instrumento o Protocolo de Vancouver, mesmo recurso utilizado no desenvolvimento do Guia Global Cidade Amiga do Idoso, para verificar os níveis de independência e autonomia dos participantes.

Também foram utilizados outros elementos de análise que contribuíssem para a avaliação da efetivação do direito à moradia adequada, bem como o seu padrão de inserção urbana. Utilizou-se, portanto, a pesquisa realizada pelo LabCidade FAUUSP, da Rede Cidade e Moradia, sob coordenação da Profa. Dra. Raquel Rolnik, chamada “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV” (ROLNIK, 2014).

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas serviram de base para o entendimento de como o espaço está sendo apropriado (LEFEBVRE, 2011) pelos moradores idosos. A pesquisa se propôs a entrevistar 19 idosos do Residencial Vila dos Pescadores, além de ter realizado quatro encontros com questões gerais semiestruturadas e várias conversas, em cada visita de campo, com a líder comunitária a respeito da comunidade.

As entrevistas seguiram o Protocolo de Vancouver (OMS, 2008; SILVA, 2019). Para fins de análise utilizaram-se também os elementos detalhados na pesquisa de Rolnik (2014), contribuindo principalmente para a análise da moradia adequada e sua inserção urbana.



As entrevistas foram audiogravadas, para facilitar a transcrição dos dados e informações coletadas, e as informações foram utilizadas única e exclusivamente para fins científicos, em acordo com as diretrizes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como, apresentou-se ao entrevistado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), explicitando de forma clara e direta a razão e os objetivos da pesquisa, bem como foi assegurado o resguardo da identidade dos moradores (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Após transcritas as entrevistas, foram analisadas segundo os critérios estabelecidos nos oito eixos apresentados pela OMS em seu guia (OMS, 2008), bem como segundo o estudo de Rolnik (2014). Por fim, foram elaborados apontamentos reflexivos a respeito dos impactos do PMCMV na vida da população idosa de baixa renda e na cidade de Maceió, com base nos referenciais teóricos, na compilação dos dados coletados na pesquisa de campo e na análise das entrevistas com base nos eixos apresentados pelo GGCAI (OMS, 2008) e nos elementos de análise sugeridos por Rolnik (2014).

A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Direito à cidade e Direito à moradia

Lefebvre, em sua obra *O direito à cidade* (*Le droit à la ville*, de 1968) trata do direito que todo cidadão possui, de maneira intrínseca, de transformar democraticamente o espaço onde vive, de não exclusão da sociedade urbana, expandindo a ideia deste direito além das questões legais de defesa das condições mínimas de acesso e de participação social. Na obra, Lefebvre fala da questão da segregação socioeconômica imposta a alguns grupos que passam a viver em locais distantes dos centros urbanos, afastados e marginalizados, e que, por isso mesmo, devem exigir a garantia do direito à cidade como um ato coletivo de recuperação do espaço urbano (LEFEBVRE, 2011).

Sobre o tema, Harvey (2008) acompanha Lefebvre e define o direito à cidade como algo além da liberdade individual de acessar aos recursos urbanos. É um exercício coletivo, um direito comum. Para que haja a liberdade de se construir e reconstruir a cidade e a si próprio, ou seja, todos têm o direito de se transformar, a partir da transformação da cidade, remodelando os processos de urbanização e alcançando autonomia e qualidade de vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, já trazia o direito à moradia como essencial ao ser humano, em seu artigo 25, §1º.



No ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito nacional, a moradia é tida como um dos direitos fundamentais trazidos pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu Art. 6º. Já a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, dispõe que a garantia do direito à moradia é uma das diretrizes a serem seguidas pela política urbana.

A noção de direito à moradia, portanto, está inserida em um direito maior, mais abrangente, o direito à cidade. Assim, para se satisfazer o primeiro, o segundo tem que ser atendido de forma integral. O acesso à cidade deve ser indiscriminado e um direito de todos. A moradia deve existir em condições para que tal acesso seja respeitado. Todos devem ter o direito de circular, de ter um abrigo, trabalhar, de ter acesso ao lazer, à educação e à saúde, com conforto e segurança na cidade, participando socialmente, ajudando a fazer e a construir a cidade.

A cidade possui uma função social que é a de atender os interesses da população, no que tange ao meio ambiente, às condições dignas de vida e à justiça social. Sendo tais condições dignas de vida, indivisíveis entre as pessoas, atinge a todos, sem distinção. (MONTEIRO, 2012). “A cidade cumpre a sua função social quando disponibiliza ao cidadão o acesso aos bens e serviços, portanto, perpassa o atendimento de interesses individuais e ingressa na preocupação com a coletividade” (SILVA, 2019, p. 37).

Deste modo, o direito à moradia digna, assim como todos os outros elementos constantes do direito à cidade, está intimamente ligado à qualidade de vida do indivíduo. Uma moradia digna é aquela que dá ao cidadão meios de ter uma vida sadia, em um local com infraestrutura básica e com a prestação de serviços públicos urbanos. O que envolve a possibilidade segura de ir e vir (DIAS, 2011).

Tal situação relatada pela literatura especializada e verificada de forma empírica na cidade de Maceió é a base para a realização desta pesquisa.

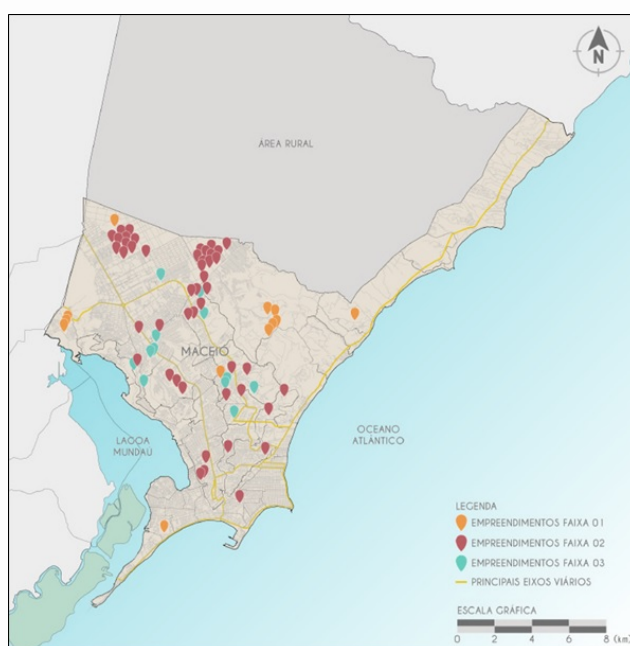
O Programa Minha Casa, Minha Vida em Maceió, Alagoas

O lançamento do PMCMV pelo Governo Federal brasileiro (Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009), provocou um *boom* no mercado imobiliário habitacional brasileiro. O programa se constituiu através da parceria do governo central com os setores imobiliários e da construção civil, realizada com o intuito de frear o revés econômico que o Brasil vinha sofrendo com a crise mundial de 2008, além de enfrentar o déficit habitacional do país.

Apesar dos aspectos positivos e negativos ocorridos na política habitacional brasileira deste início do século XXI, há a persistência do seu *modus operandi*, onde o conceito básico de moradia digna e direito à cidade, não tem sido levados em consideração por parte do poder público, ao não pôr em prática os preceitos legais sobre o tema, entregando às famílias de baixa renda habitações de baixa qualidade, relegadas a lugares distantes dos centros urbanos, com acesso dificultado a serviços públicos básicos, tais como: transporte, lazer, saúde, educação, segurança, saneamento básico, coleta de lixo, iluminação pública etc.; sem infraestrutura urbana de qualidade.

Em Maceió, capital do Estado de Alagoas, a dinâmica citada não é diferente. A disposição dos empreendimentos do PMCMV segue a regra comum às habitações de interesse social no Brasil: os destinados à faixa 1, disponibilizados às famílias que vivem em áreas de risco ou vítimas de desocupação ou desapropriação, estão relegados aos lugares mais periféricos. No bairro sudoeste do Trapiche da Barra, encontra-se o único empreendimento do PMCMV, para faixa de renda de zero a três salários mínimos que não está localizado na parte norte da cidade, o Residencial Vila dos Pescadores. Há vários outros empreendimentos do PMCMV em Maceió, para as três faixas de renda, mas, de fato, é na parte alta, na zona norte, na periferia da cidade, que eles se concentram, principalmente os da faixa 1 (Figura 1).

Figura 1 - Localização de alguns empreendimentos do PMCMV em Maceió/AL



Fonte: Ferreira, 2019 – adaptado pelo autor.



O IDOSO E A CIDADE

A principal lei brasileira que trata especificamente das questões relacionadas aos idosos é a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Em seu Art. 2º é garantido o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, incluindo a dignidade. O Art. 8º dispõe que envelhecer é um direito personalíssimo do ser humano e a sua proteção é um direito social, já o Art. 9º determina que é obrigação do estado garantir aos idosos a liberdade, devendo ter sua faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários garantida, ressalvadas as restrições legais.

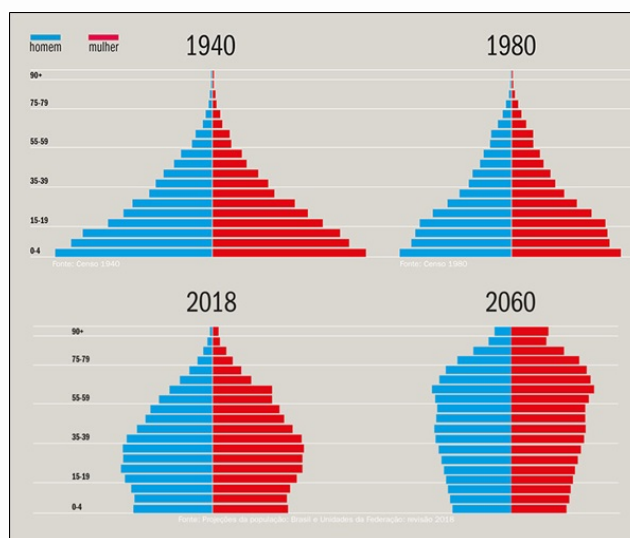
O envelhecimento populacional

No Plano Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2003), foram anotadas as projeções mundiais do envelhecimento populacional, constando que até o ano de 2050, o número de pessoas, acima de 60 anos, em todo o mundo aumentará de 600 milhões, para aproximadamente dois bilhões (PRADO, BESSE e LEMOS, 2010). Segundo a ONU, em 2100 este número chegará a cerca de três bilhões.

Segundo dados do IBGE (2019a; 2019d) a estimativa da população total residente no Brasil é de 210.147.125 pessoas, sendo: *a)* 57.071.654 pessoas na Região Nordeste; *b)* 3.337.357 em Alagoas; e, *c)* 1.018.948 pessoas em Maceió. Tais números têm como data de referência o dia 1º de julho de 2019.

As pirâmides etárias do IBGE (2019b – Figura 2) mostram uma estimativa de que esse número aumentará exponencialmente nos próximos anos, saindo da representação em forma triangular apresentada em 1940, com base alargada (mais crianças e jovens) e pico estreito (menos idosos), para uma outra forma em 2060, não mais triangular, com o estreitamento da base (menos crianças e jovens) e alargamento do corpo (adultos) e topo (idosos).

Figura 2 – Pirâmides etárias 1940, 1980, 2018 e 2060



Fonte: IBGE, 2019b.

A estimativa, segundo o *site* da Agência de Notícias do IBGE (2019b) é que, a partir de 2047 a população pare de crescer e, assim, ocorra uma aceleração do processo de envelhecimento populacional, quando o número de pessoas mais velhas, fica em uma proporção maior, comparada ao número de pessoas mais jovens.

Segundo Monteiro (2012), os avanços da medicina e a melhora nas condições gerais de vida da população, contribuem para uma expectativa de vida maior ao nascer. Enquanto em 1940 a expectativa de vida era de 45,5 anos de idade (IBGE, 2008), em 2017 passou para 76 anos.

Em Alagoas a expectativa de vida ao nascer é de 67,2 anos de idade para homens e 76,8 para mulheres, ao passo em que a taxa nacional está na casa de 72,5 e 79,6 respectivamente, conforme o IBGE (2018a; 2018b). Os dados publicados pelo IBGE em 2018, trouxeram informações de que em Alagoas, 7,40% da população está acima dos 60 anos de idade, ou seja, 246.642 idosos. (GAZETAWEB, 2019; IBGE, 2018a; IBGE, 2018b)

O Guia Global Cidade Amiga do Idoso (GGCAI)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou em 2007 o Guia Global Cidade Amiga do Idoso (GGCAI), a fim de efetivar o direito à cidade para os idosos, mobilizando cidades para que se tornem mais amigas do idoso e para que possam usufruir do potencial que os idosos representam para a humanidade. Para a elaboração do GGCAI, foi realizada uma pesquisa com 1.500 idosos em 33



cidades de 22 países, onde eles tiveram que apontar as potencialidades (vantagens) e fragilidades (barreiras) que eles encontram em suas moradias e na vida urbana em relação a oito eixos: a) espaços abertos e prédios; b) transporte; c) moradia; d) participação social; e) respeito e inclusão social; f) participação cívica e emprego; g) comunicação e informação; h) apoio comunitário e serviços de saúde.

Destes, a moradia, o transporte e os espaços abertos e prédios, do ponto de vista do planejamento urbano inclusivo, se constituem como determinantes para que o idoso tenha a sua autonomia e bem-estar. São, portanto, aspectos críticos e relevantes para que o poder público atue, concretizando políticas públicas urbanas para idosos (OMS, 2008; SILVA, 2019). Com as respostas obtidas a partir das entrevistas realizadas, foi possível estabelecer características que proporcionam uma cidade melhor, mais inclusiva. Para a criação do Guia, foi utilizado o recurso metodológico do chamado “Protocolo de Vancouver”.

O Protocolo de Vancouver

Elaborado pelo *Government of British Columbia* para padronizar a avaliação das cidades em 2006, em um *Workshop* realizado em Vancouver, Canadá, o Protocolo de Vancouver almeja identificar áreas para ações corretivas, de acordo com os oito eixos apresentados pelo GGCAI (OMS, 2008), promovendo uma cidade amigável aos idosos. De acordo com Porto (2017, *apud* SILVA, 2019, p. 45), o Protocolo “conta com algumas diretrizes para avaliar cidades como amigas do idoso ou não, ao mesmo tempo em que visa detectar questões a serem trabalhadas (...) permite a compreensão dos pontos fortes e fracos da cidade, a partir da percepção dos próprios idosos”. Ouvir a população sobre questões nas quais ela será diretamente atingida, é o ponto forte para se alcançar uma cidade mais democrática, principalmente no que tange às questões relacionadas ao envelhecimento populacional, visto que a criação de políticas públicas para esta faixa etária necessita de um olhar qualitativo sobre as ações que serão propostas, a fim de se considerar as especificidades das pessoas idosas, trazendo ações mais eficientes (SILVA, 2019).

O idoso e o acesso à cidade

Para que os idosos tenham uma vida digna, alguns direitos devem ser assegurados como saúde, trabalho, assistência social, educação, cultura, esporte, meios de transporte e acesso à moradia digna e habitação. No Brasil, coube a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso,



regulamentar os direitos sociais, a fim de assegurar a qualidade de vida dos idosos (IBGE, 2019b; MONTEIRO, 2012; SILVA, 2019).

Segundo Prado e Licht (2004) uma das características que garantem qualidade de vida de todos cidadãos é o direito à participação nas atividades econômicas e sociais da cidade, tendo acesso físico aos diversos elementos que formam a estrutura urbana. E, partindo da premissa de Lefebvre (2011), tendo, assim, o direito de usar a cidade, participando ativamente do dia a dia, contribuindo de alguma maneira para a mudança social e de si próprio. Para isso, devem ser garantidos meios eficientes de locomoção para o indivíduo, em especial o idoso, na cidade, seja por meio de transporte público ou a pé.

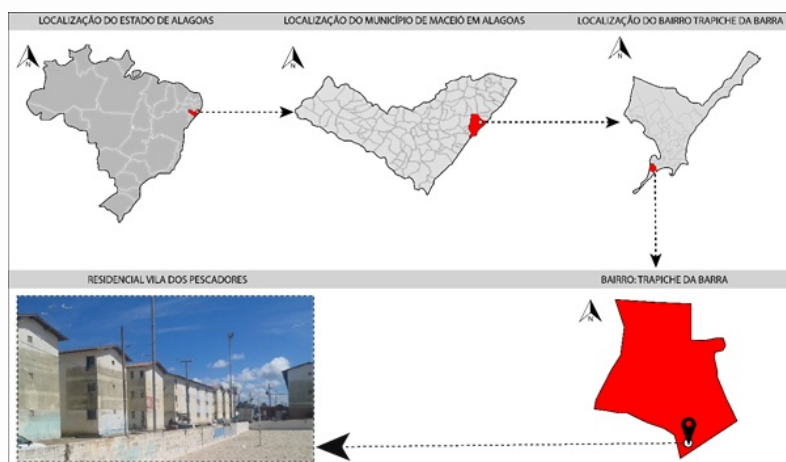
Há uma necessidade evidente de atender a demanda habitacional para a população idosa, mas para além da moradia com acessibilidade, é preciso garantir acessibilidade à cidade. Uma moradia acessível e a acessibilidade urbana, são condições imperativas para que todos os cidadãos possam viver e se desenvolver em sociedade (MONTEIRO, 2012; SILVA, 2019).

Feita esta contextualização acerca do envelhecimento populacional na escala global e no Brasil, bem como em relação aos direitos garantidores de acesso à cidade e à moradia digna, resguardados aos idosos no Brasil, este artigo segue para a caracterização do local escolhido para o estudo empírico da pesquisa, o Residencial Vila dos Pescadores.

CARACTERÍSTICAS DO RESIDENCIAL VILA DOS PESCADORES.

O Residencial Vila dos Pescadores está situado no bairro do Trapiche da Barra na cidade de Maceió e é o empreendimento do PMCMV para onde foram remanejadas as famílias que residiam na Vila dos Pescadores no bairro do Jaraguá, área alvo de reintegração de posse pela Prefeitura Municipal, para construção de um centro pesqueiro. A Figura 3 apresenta a localização do Residencial Vila dos Pescadores:

Figura 3 - Localização do Residencial Vila dos Pescadores



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O Residencial Vila dos Pescadores apesar de não estar na periferia geográfica da cidade apresenta, de modo geral, os mesmos problemas sociais, urbanos e arquitetônicos, já elencados anteriormente, comuns a empreendimentos do PMCMV faixa 1, inclusive seu caráter periférico: está localizado em uma praia extremamente poluída, desintegrado do restante do bairro, onde o setor privado imobiliário não tem interesse, sem opções de trabalho e de mobilidade nas proximidades.

Erguido na Av. Assis Chateaubriand, o Residencial Vila dos Pescadores está à beira mar da Praia do Sobral e a 750 metros da empresa petroquímica Braskem. A proximidade com a indústria é um dos motivos do desinteresse do mercado imobiliário na região, pelo perigo ambiental que representa.

Entregue em 2012, com apenas oito anos de sua ocupação, o empreendimento apresenta problemas arquitetônicos, acústicos, construtivos que puderam ser percebidos durante a visita de campo, tais como: desgaste excessivo na pintura, sujeira nas paredes, equipamentos metálicos e grades enferrujadas devido à intensa maresia, ruídos dos apartamentos vizinhos facilmente captados, além de cômodos de dimensão reduzida. São visíveis patologias construtivas, além de sérios problemas de infraestrutura urbana e social. A seguir, podem ser visualizadas imagens do Residencial Vila dos Pescadores em 2012, ano da inauguração (Figura 4), e a situação em que ele se encontra atualmente (Figura 5) – onde, em oito anos de existência já se encontra em processo de degradação.

Figura 4 – Residencial Vila dos Pescadores em
2012



Fonte: Bairros de Maceió, 2012

Figura 5 – Residencial Vila dos Pescadores em
2019



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Os apartamentos possuem área de 42 m², divididos em dois quartos, sala, cozinha e banheiro e estão distribuídos em 75 prédios de três andares com seis apartamentos, totalizando 450 apartamentos. Foi entregue, em 2012, uma área de *playground* com brinquedos infantis, porém, feitos em ferro. Com a ação do tempo e da maresia aliada à má conservação e falta de manutenção, foram sendo danificados, não restando hoje nenhum brinquedo. O mesmo ocorreu com a quadra de esportes (Figura 6), que se encontra degradada e com apenas parte do alambrado de ferro, ainda assim, enferrujado, se tornando em risco iminente para as pessoas que utilizam aquele espaço.

Figura 6 – Quadra de esporte



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O estado de conservação dos prédios e das áreas comuns é lastimável. A questão do desgaste prematuro do empreendimento é agravada quando se trata de HIS, em que a manutenção do espaço se torna impossível, por parte dos moradores diante da baixa renda.

Além dos problemas gerados a partir da má conservação e falta de manutenção dos pontos afetados pela maresia e da falta de mobiliário urbano, há mau acabamento de forma geral, desgaste no revestimento nas paredes, imperfeições no reboco por infiltrações, escadas com degraus desgastados e desnivelados (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Estado de conservação das escadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Figura 8 – Estado de conservação dos degraus



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Concluída esta apresentação e descrição do Residencial Vila dos Pescadores, como resultado da visita de campo e de situações relatadas em recortes jornalísticos, a pesquisa passa para a análise dos dados coletados através das entrevistas.

O CASO DO RESIDENCIAL VILA DOS PESCADORES

Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV (Rolnik, 2014)

Além do GGCAI (OMS, 2008), já apresentado, também foram utilizados outros elementos de análise que contribuíssem para a avaliação da efetivação do direito à moradia adequada, bem como o seu padrão de inserção urbana. O Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU em 1991, foi empregado na pesquisa realizada pelo LabCidade FAUUSP, da Rede Cidade e Moradia, sob coordenação da Profa. Dra. Raquel Rolnik, chamada “Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV” (ROLNIK, 2014), referência para a

análise realizada nesta pesquisa. As ferramentas para analisar os padrões de inserção urbana dos conjuntos do PMCMV, estão estruturadas a partir de três níveis de análise: escala metropolitana ou regional, escala municipal e escala do empreendimento (conjunto habitacional), que é a escala de interesse desta dissertação.

Observando a escala do conjunto habitacional, Rolnik (2014) relaciona os seguintes elementos de análise: segurança de posse, custo acessível, habitabilidade do construído, disponibilidade de serviços, de infraestrutura e equipamentos públicos, localização, adequação cultural e acessibilidade, para assim avaliar a efetivação do direito à cidade e à moradia digna. Em relação a cada elemento, Rolnik (2014) analisa alguns aspectos que considera essenciais para se alcançar a inserção urbana e a moradia adequada.

Mais relevantes para o tema deste artigo, citam-se: a) segurança de posse, é o conjunto de relações que vinculam as pessoas às moradias e terra que ocupam; b) habitabilidade do construído, diz respeito ao conjunto de aspectos que interferem na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais; c) disponibilidade de serviços, de infraestrutura e equipamentos públicos, a moradia para ser adequada deve estar servida por saneamento ambiental, gás e energia elétrica, serviços e equipamentos públicos básicos e ser conectada por serviços de transporte público; d) localização, a moradia adequada é aquela que facilita acesso indiscriminado aos serviços públicos e opções de lazer, infraestrutura, equipamentos públicos, e oportunidades de trabalho e, e) acessibilidade a grupos vulneráveis, levando em consideração as necessidades especiais.

Os moradores, o conjunto habitacional e a cidade a partir do Protocolo de Vancouver

A partir das entrevistas semiestruturadas, este artigo apresenta os resultados da pesquisa com relação ao idoso e seu acesso à cidade, com base no Protocolo de Vancouver e os oito eixos apresentados no GGCAI (OMS, 2008):

“Como é viver em Maceió sendo uma pessoa idosa?”. Esta foi a pergunta inicial da entrevista. Treze entre os dezenove entrevistados disseram gostar de viver na cidade de Maceió e seis disseram não gostar. Porém, em algumas falas notou-se um conflito de entendimento de alguns entrevistados, que tenderam a responder, se referindo ao Residencial e não à cidade. A pergunta é sobre o morar em Maceió, em sentido macro; porém, algumas respostas foram dadas em sentido micro, da moradia de fato. Dentre os que não gostam de viver na cidade, os motivos citados, dentre outros, foram: que a



cidade não oferece condições e qualidade de vida ao idoso; que a falta de transporte adequado e de fácil acesso faz com que seja difícil viver em Maceió; que a localização do conjunto é um empecilho para gostar de morar em Maceió, sendo necessário dispendir recursos em transporte privado (mototaxi ou carro) para se locomover.

O fato de os entrevistados responderem não acerca da cidade, mas do seu espaço de residência, levanta dúvidas sobre a inserção urbana do Residencial Vila dos Pescadores.

Outra questão a ser apontada vem a partir de uma das falas, quando afirma que “a gente tem que se acostumar com as coisas”, pois decorre da insatisfação demonstrada pela obrigação de se ter que aceitar o destino imposto, conformação que surge diante do fato de não poder transformá-lo (LEFEBVRE, 2011).

As próximas subdivisões desta seção tratam das respostas sobre os oito eixos do Protocolo de Vancouver, evidenciando as relações dos moradores com o conjunto habitacional e a cidade.

- **Espaços abertos e os prédios:** Perguntados pela facilidade em se locomover pelo Residencial, apenas 2 dos 19 entrevistados disseram não gostar, achar difícil a circulação. Dos 19 entrevistados, 5 afirmaram preferir ficar em casa a andar pelo Residencial e 12 disseram gostar de andar pela área comum e não terem problemas para sair de casa.

Durante as visitas de campo foi possível observar fluxo e permanência nas áreas comuns: sempre sentados em grupos, conversando, observando as crianças brincando. Porém, tal situação se dá, não por mérito das qualidades das áreas comuns ou dos equipamentos disponíveis no Residencial. Muito pelo contrário. Para além de estarem satisfeitos ou não, muitos deles estão ali porque dentro das unidades habitacionais, pequenas e quentes, sentar-se à porta se torna uma opção mais agradável.

Outra questão diz respeito às condições acústicas do ambiente. Todos disseram que o Residencial é barulhento, sendo este um dos grandes problemas da moradia. Aparelhos de som permanentemente ligados, principalmente nos finais de semana, perturbam o sono de muitos idosos, a depender de sua localização no conjunto.

Com relação à segurança, os relatos se dividiram entre a sensação de insegurança, inclusive diante das operações policiais no local, e a ideia de que, embora haja problemas com tráfico de drogas e criminalidade, se sentiam seguros.



- **Transporte:** com relação ao transporte, foram perguntados sobre a facilidade de sair do Residencial para outros locais da cidade. Dos 19 entrevistados, 6 afirmam achar difícil o deslocamento, em comparação com o local da antiga moradia, pela falta de um ponto de ônibus nas proximidades, o que os obriga a contratar um veículo privado. Segundo relatos, uma viagem para o local onde era a Vila dos Pescadores, no bairro do Jaraguá, e onde atualmente ainda funciona o trabalho da pesca, custa R\$ 10,00 a ida ou a volta por pessoa, valor que, segundo eles, é um gasto diário muito alto para ir trabalhar, mas que, termina sendo a opção existente seja para ida ao trabalho, ao médico ou para resolver outros problemas. O ponto de ônibus mais próximo está localizado a mais de 1 km de distância, cujo trajeto não é seguro para quem precisa sair de madrugada para pescar ou voltar tarde da noite, além da baixa qualidade das calçadas para quem tem dificuldade de locomoção. Esta falta de acesso facilitado e mais barato ao transporte público condiciona o idoso a viver apenas nas dependências do conjunto habitacional, tendo seu direito de ir e vir cerceado.

Portanto, grande parte da insatisfação manifesta pelos moradores está além da qualidade ou não da moradia em si, mas sim, no fato de não haver transporte público e ponto de ônibus próximos ao conjunto habitacional.

- **Moradia:** os entrevistados responderam sobre suas impressões a respeito do apartamento, 16 dos 19 entrevistados afirmaram gostar do apartamento em si. As críticas negativas às unidades habitacionais (UHs), ficam no fato de serem de dimensões reduzidas, extremamente quentes e sem isolamento acústico. Já as críticas positivas, residem no fato da moradia ser em alvenaria, ter saneamento básico e por ter diferentes cômodos. Quanto à conexão com a cidade e com os serviços públicos, retorna-se ao tema da falta de transporte público. As distâncias que são relativamente pequenas, em se tratando de população idosa, de baixa renda e com as dificuldades de locomoção próprias da idade, se tornam barreiras ao ir e vir.

- **Respeito e inclusão social:** Questionados se se sentem respeitados enquanto idosos e moradores do Residencial Vila dos Pescadores, os 19 entrevistados responderam que, na comunidade, entre os vizinhos, se sentiam respeitados. A questão, segundo dois idosos, é o desrespeito por parte das autoridades que não atendem aos pleitos por melhoria e das forças policiais que não atendem aos chamados telefônicos.

- **Participação social:** Os idosos afirmaram ter uma boa relação com os vizinhos no Residencial Vila dos Pescadores. No entanto, 2 dos 19 entrevistados afirmaram que, na Vila dos Pescadores, local que



moravam antes, tinham mais contato e amizade. Com relação ao lazer e lugares que gostam de frequentar, os 19 entrevistados afirmaram que é em casa que passam a maior parte do tempo e os poucos momentos de lazer que consideram dispor é estar na porta de casa conversando com os vizinhos e transeuntes. Os 19 entrevistados disseram evitar sair para não gastar dinheiro com transporte. Três dos dezenove entrevistados afirmaram ir para templos religiosos. Apesar do Residencial Vila dos Pescadores estar situado em frente à praia, é pouco frequentada por ter um mar revolto e poluído.

Durante as visitas de campo, conversas e observações, pôde-se constatar que a remoção para o Residencial Vila dos Pescadores, sem conexão facilitada e de baixo custo com o centro de Maceió, com o local de trabalho ou com o local de moradia de seus familiares, restringiu os idosos aos seus apartamentos e área comum do conjunto, dificultando o uso de outros espaços da cidade. O idoso, portanto, por conta da sua idade e da baixa renda, se vê limitado em seu dia a dia às dependências do Residencial Vila dos Pescadores. Esta situação reforça a ideia da segregação socioespacial que sofrem os pobres urbanos nas cidades brasileiras (CAVALCANTI, 2010) neste caso, ainda agravada pelo fator idade.

- **Comunicação e informação:** Com relação ao acesso à comunicação e informação, as entrevistas não forneceram dados relevantes. Ficou evidente pelas respostas que a informação para os idosos, chega principalmente através da televisão, demonstrando também que o uso de aparelhos eletrônicos como celulares e a participação nas redes sociais não é uma constante entre os idosos.

- **Participação civil e emprego:** Com relação ao emprego e ao trabalho, 14 entre 19 entrevistados responderam que a remoção para o Residencial Vila dos Pescadores impactou de maneira negativa a questão laboral dos moradores. Os idosos mais jovens ou que ainda são ativos na pesca (4 entre os 19 entrevistados), apesar dos problemas de salubridade da moradia na Vila dos Pescadores, afirmaram preferir morar lá, pois a remoção trouxe impactos negativos na renda familiar, pelos custos acrescidos do transporte. Assim como dentre os entrevistados que não trabalhavam, aposentados, ou trabalhadores de outras áreas profissionais (15 entre 19 entrevistados), o consenso foi de que o acesso ao emprego está dificultado pela falta de transporte público.

Observa-se, a partir dos relatos acima, que entre os entrevistados é comum a ideia de que o acesso ao trabalho, morando no Residencial Vila dos Pescadores, restou prejudicado. Alguns deixaram de trabalhar com a pesca que complementava a renda familiar e agora vivem



exclusivamente da aposentadoria. Outros decidem arcar com o gasto de R\$ 20,00 por dia com transporte em veículo privado, comprometendo os ganhos do dia. Para quem não vivia da pesca, a remoção também trouxe dificuldades do ponto de vista de emprego, pois ficou mais longe dos locais habituais de trabalho.

- Apoio da comunidade e serviços de saúde: Embora a localização e a falta de transporte público sejam consideradas pelos entrevistados como fatores impeditivos do acesso à cidade, com relação aos serviços de saúde, 16 entre 19 entrevistados afirmaram não possuírem maiores obstáculos para seu acesso. Três entre dezenove entrevistados disseram que o acesso aos serviços de saúde era precário. Dos 19 entrevistados, 6 disseram que precisam contratar um veículo privado para ir ao médico. A proximidade com o Hospital Geral do Estado (HGE) e o fato do bairro ter uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e um Posto de Saúde é um aspecto positivo, segundo os moradores, mesmo que, a depender da demanda do idoso por determinado serviço de saúde, o atendimento precise ser feito fora do bairro. Com relação ao custo dos serviços, os 19 moradores entrevistados afirmaram que encontram atendimento gratuito no HGE, na UPA do Bairro do Trapiche da Barra e no posto de saúde (Unidade de Saúde da Família Dr. Durval Cortez).

Finalizadas as perguntas acerca dos oito eixos estabelecidos no GGCAI (OMS, 2008), perguntou-se quais são, no ponto de vista entrevistados, os aspectos positivos e negativos do morar no Residencial Vila dos Pescadores, nas respostas, 3 dentre os 19 entrevistados rechaçaram as qualidades do Residencial, dizendo que não havia nada de positivo. Nem o fato de a moradia ser construída em alvenaria, dotada de saneamento básico e energia faz com que os três entrevistados gostem da moradia, preferiam voltar a morar onde era a Vila dos Pescadores. De um modo geral, entre homens e mulheres, a aceitação da nova moradia é maior entre as mulheres. Das dez entrevistadas, nove afirmaram gostar e preferir morar no Residencial Vila dos Pescadores. O alto número de entrevistados homens preferindo voltar para o Jaraguá está relacionado à facilidade de acesso ao trabalho da pesca, que não é mais a mesma morando no Residencial.

Feita esta breve apresentação das respostas dos entrevistados sobre os oito eixos do Protocolo de Vancouver, das observações e análises do pesquisador a respeito da moradia, do conjunto habitacional, do seu entorno e da sua relação com a cidade, parte-se agora para averiguar a conformidade do produto habitacional oferecido (Residencial Vila dos Pescadores) com os preceitos do direito à cidade e à moradia digna, ainda de acordo com o estudo de Rolnik (2014).

Inserção urbana e a moradia adequada a partir de Rolnik (2014)

Realizadas as entrevistas a partir do Protocolo de Vancouver, fez-se uma análise das respostas a partir dos elementos apresentados por Rolnik (2014). Aqui, portanto, apresenta-se a análise da escala do conjunto habitacional, principalmente a moradia, a partir dos elementos que são considerados essenciais para promover a inserção urbana e o direito à moradia adequada: a segurança de posse; o custo acessível; a habitabilidade do construído; a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; a localização, a adequação cultural e a acessibilidade (ONU, 1991; ROLNIK, 2014).

Busca-se, portanto, acrescentar a visão da arquitetura e do urbanismo sobre a unidade habitacional em si, mas que envolve o conjunto habitacional e sua inserção urbana.

- **Segurança de posse e custo acessível:** Do ponto de vista da segurança de posse, os moradores do Residencial Vila dos Pescadores estão desassistidos desse direito. Segundo relato da líder comunitária e dos moradores entrevistados, eles não possuem qualquer documento que comprove a posse do imóvel e isso é ponto de insegurança para alguns entrevistados. A líder afirma, ainda, que os moradores que se mudaram logo no início para o Residencial, em 2012, receberam um termo de entrega do apartamento, porém, não é um documento que lhes confere direito de propriedade. Com relação ao custo acessível, o Residencial é um empreendimento do PMCMV Faixa 1, destinado a famílias de baixa renda, como os moradores fazem parte de um processo de remoção, não tiveram custos financeiros na aquisição da nova moradia.

- **Habitabilidade do construído:** Para Rolnik (2014, p. 117), analisar a habitabilidade do construído consiste em observar a construção, suas condições físicas, sanitárias, de conforto e de salubridade. A moradia deve proteger adequadamente contra intempéries e fatores de risco à saúde e à vida. Deve também considerar as dimensões do imóvel e dos seus cômodos, adequados ao tamanho e quantidade de membros do grupo familiar. Portanto, a habitabilidade sendo atendida, fica garantido o pleno exercício do ato de morar, indispensável à manutenção da qualidade de vida de pessoas idosas. Todos estes aspectos já foram destacados na seção anterior: graves problemas de ordem técnica e construtiva, utilização de materiais de baixa qualidade; sem ventilação natural, mal iluminados e sem isolamento acústico; o que traz problemas à qualidade de vida e saúde dos idosos.

- **Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos:** Para o referido estudo, a moradia para ser adequada deve estar servida por redes de água, saneamento básico, gás e energia



elétrica e em suas proximidades deve haver serviços e equipamentos públicos básicos para o uso cotidiano dos moradores, tais como escolas, creches, postos de saúde, áreas de esporte e lazer, equipamentos culturais, etc. Devem, ainda, estar disponíveis serviços de transporte público, limpeza, coleta de lixo, entre outros serviços básicos oferecidos localmente. (ROLNIK, 2014, p. 120). Segundo os entrevistados, os serviços de saneamento básico, água, energia elétrica, coleta de lixo, além de iluminação nas áreas comuns do Residencial, pavimentação, passeios e estacionamento para carros são adequados.

Para avaliar a oferta de equipamentos, comércio e serviços, deve-se observar, segundo Rolnik (2014), as três escalas de uso (cotidiano, eventual e esporádico), que se relacionam com a frequência do uso ou da capacidade de deslocamento de seus usuários principais.

No caso do Residencial Vila dos Pescadores, o uso dos equipamentos, comércio e serviços está condicionado, principalmente, pela capacidade de deslocamento reduzida dos idosos. Distâncias consideradas razoáveis para o deslocamento de pessoas mais jovens são mais difíceis de serem percorridas pelos idosos. A grande maioria tem dificuldade em se deslocar, por exemplo, até o ponto de ônibus mais próximo que está a 1 km. No entorno do Residencial Vila dos Pescadores, há oferta de alguns serviços principalmente de uso cotidiano, mas também de uso eventual ou esporádico, em um raio de até 1 km, a contar da entrada do conjunto habitacional. Não existem, no entanto, nas proximidades do conjunto residencial: agências bancárias, açougues, centros públicos administrativos e cartórios que são de uso eventual ou esporádico. A partir do Google Maps foram estabelecidos raios de distância entre o Residencial e os principais equipamentos, comércio e serviços destinados a atender as demandas específicas dos idosos entrevistados.

Os transportes públicos que servem ao Residencial Vila dos Pescadores em termos de qualidade, frequência e itinerários, podem ser considerados serviços inadequados para os moradores em geral, e especialmente para os idosos. Não há ponto de espera próximo, o que gera um impacto direto no orçamento familiar diante dos custos com outros meios de transporte (contratação de veículo privado, Uber, mototaxi). A ausência deste serviço torna a moradia inadequada.

- **Localização adequada:** O estudo afirma que uma localização adequada é aquela que disponibiliza o acesso sem constrangimentos aos serviços públicos, opções de lazer, infraestrutura, equipamentos públicos e a oportunidades de trabalho para os moradores em geral. Com relação aos idosos, a localização do conjunto também limita o usufruto dos serviços e estruturas citados, e também do



trabalho, pois apesar da maioria (16 entre 19 entrevistados) ser aposentada, os mais novos, ainda com saúde, necessitam trabalhar para complementar o orçamento familiar. Desde a remoção e posterior mudança para o Residencial, quem vive da pesca está encontrando dificuldades em exercer seu ofício. A população jovem não se interessa em perpetuar a profissão que deu nome e origem à comunidade histórica do Jaraguá. Os idosos, ainda que dispostos a trabalhar, não conseguem meios de se locomover até o Centro Pesqueiro do Jaraguá, sem gerar custos que não podem arcar, ou tenha que caminhar aproximadamente 1 km até o ponto de ônibus mais próximo.

- **Adequação cultural:** o projeto arquitetônico e urbanístico do conjunto habitacional, bem como seu processo e sistema construtivos, devem ser baseados na identidade cultural dos moradores (ROLNIK, 2014).

Os moradores do Residencial Vila dos Pescadores são oriundos da Vila em Jaraguá, comunidade marcada pelas atividades, rituais e saberes ligados à pesca, que coletivamente constroem uma identidade cultural. Segundo a líder comunitária, a obliteração da identidade cultural foi, e vem sendo, a principal forma de violência sofrida pelos moradores removidos da Vila dos Pescadores. No Residencial, eles não podem reproduzir sua identidade cultural. Com a remoção, os moradores perderam as condições que favoreciam a reprodução e perpetuação de suas identidades e cultura, pois não há espaço disponível nem ambiência compatível para a realização das atividades relacionadas com a cultura da pesca, as religiões de matriz africana, as danças afros, artes e música. Hoje, no Residencial, embora ainda utilizem as áreas comuns para os mesmos hábitos – o de sentar-se a porta para conversar – não se partilha com a mesma frequência. É mais um hábito cultural que se perde. Diante da desordem, barulho, violência e tráfico de drogas, eles têm preferido ficar em casa, se isolando ainda mais. O projeto arquitetônico e urbanístico do Residencial, portanto, não é adequado culturalmente àquela população.

- **Acessibilidade:** à moradia adequada é aquela acessível a grupos vulneráveis, como os idosos, nas suas necessidades especiais (ROLNIK, 2014). A partir das entrevistas e das visitas de campo pode se constatar que no Residencial Vila dos Pescadores, não foram observados os preceitos do Desenho Universal, que garantem autonomia e capacidade funcional para todos. Há barreiras arquitetônicas e urbanas que impedem a participação social do idoso, limitam o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão e à circulação com segurança.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a partir do estudo de caso e dos dados levantados nesta pesquisa, é possível afirmar que a produção habitacional, em especial a do Programa Minha Casa Minha Vida, representou um discreto avanço, no que tange à solução de problemas com relação ao direito à moradia adequada para a população, independentemente da idade, sexo, raça, credo.

Porém, ainda há muito o que se fazer, no caso específico da população idosa, por esta demandar cuidados específicos inerentes à idade. Repensar a dinâmica organizacional do programa habitacional, dando atenção e foco à população idosa, que dentro de alguns anos se tornará a maioria da população, se faz urgente. É urgente desenvolver estudos, estratégias e políticas direcionadas a essa população a fim de atender suas demandas. Um caminho para que isso ocorra, talvez seja começar a inserir (ouvir) as pessoas idosas nas decisões a respeito do que projetar e do que construir, conforme as necessidades específicas da idade.

Deve-se produzir padrões minimamente aceitáveis de inserção urbana, capazes de oferecer aos seus moradores condições básicas não apenas de habitação, mas de acesso a serviços públicos e à cidade como um todo (ROLNIK, 2014), tais como: a) garantir que as unidades habitacionais sejam localizadas em áreas urbanas dotadas de infraestrutura, com acesso a comércio, serviços e empregos, de maneira a evitar a tendência de segregação socioespacial; b) assegurar que sejam localizados em áreas que disponham de transporte público de qualidade, em termos de confiabilidade e frequência, e melhorar os serviços de transporte público disponíveis nas áreas onde já foram construídas casas; c) promover o uso misto nos novos projetos e nos empreendimentos isolados já construídos, para torná-los autossuficientes e reduzir necessidades de deslocamentos; d) desenhar novos projetos e adequar os já existentes, no intuito de promover os deslocamentos a pé e de bicicleta, de modo a promover modos de transportes menos impactantes.

Sobre a localização dos conjuntos HIS, percebe-se que tem uma importância determinante, uma vez que o local interfere diretamente no modo de vida dos moradores, na sua conexão com a cidade. No Residencial Vila dos Pescadores, observa-se que ele está localizado próximo ao centro comercial da cidade de Maceió/AL, porém, em se tratando de uma população idosa, com dificuldades motoras, e indisponibilidade de meios de transporte público, os serviços se tornam distantes, o que incorre em perda de oportunidade de vivenciar a cidade em sua diversidade, considerados aí emprego, lazer, cultura, sociabilidade, entre outros.



As entrevistas evidenciaram que o abrigo fornecido pela construção em alvenaria, não é o suficiente para configurar uma moradia digna para o idoso. Deve-se atentar para um conjunto de condições e preferências que abarquem suas especificidades. Em um espaço compacto e denso, o idoso se encontra, por vezes sem voz e preteridos pela própria dinâmica familiar, social e política. O idoso vivendo mais confinado, dentro de casa, sem participar da vida social, se vê limitado em sua capacidade funcional, sem autonomia para realização das atividades do dia a dia, tendo que contar com a ajuda de outras pessoas, mais jovens, para executar seu direito constitucional de ir e vir na cidade. O idoso passa a viver, então, mais confinado, recluso, sem acesso à cidade.

As falas dos moradores do Residencial Vila dos Pescadores, trazem pistas para a interpretação, do que significa a moradia digna para a população idosa de baixa renda e de como isso influencia, diretamente, na qualidade de vida e na capacidade de usufruir o espaço urbano, ao definirem, por exemplo, que viveriam mais satisfeitos em moradias, com mais espaços para todos os familiares e seus pertences; com acesso mais simplificado aos serviços da cidade; com opção de lazer para passar o tempo e se exercitar; ou, em moradias com conforto térmico, acústico e segurança. O transporte público mostrou-se como um dos aspectos que causa mais impacto à qualidade da moradia do idoso, definindo a sua insatisfação com o morar no Residencial Vila dos Pescadores.

As duas referências que serviram de base para a realização deste estudo em Maceió/AL – o GGCAI com o Protocolo de Vancouver e Rolnik (2014) – embora diferentes, fazem pensar sobre as possibilidades de se modelar a cidade para ser mais inclusiva a todos.

Enquanto Rolnik (2014) discute de maneira mais generalizada e universal, temas relacionados à Arquitetura e Urbanismo, à cidade e suas questões mais concretas, como entorno, infraestrutura, acesso a serviços e equipamentos públicos, garantias jurídicas de posse, custos acessíveis, condições físico-sanitárias, de conforto, de salubridade das construções e a localização, não especifica aspectos relacionados com a população idosa. Os oito eixos discutidos no GGCAI e Protocolo de Vancouver, por sua vez, vão além. Aprofundam-se nas demandas próprias dos idosos, indo de questões mais objetivas e concretas do viver na cidade, para questões mais subjetivas dos idosos, tais como saúde e bem-estar no ambiente em que vive, sua independência, autonomia e capacidade funcional, o ir e vir, a possibilidade de se mover por conta própria na cidade, ter participação social ativa, lazer, socialização, respeito, acesso à informação, participação cívica e acesso ao mercado de trabalho.



Deste modo, na busca por uma cidade mais adequada para a população idosa, os oito eixos apresentados no GGCAI e o Protocolo de Vancouver, são aspectos relevantes a serem observados ao projetar espaços para esta faixa crescente da população, pois se preocupa com a pessoa e com o espaço em que ela vive. Aliar os eixos à inserção urbana de Rolnik, pode possibilitar elementos projetuais que de maneira sadia e produtiva, constituam espaços arquitetônicos e urbanos de qualidade.

Diante da constatação de que a população mundial está envelhecendo, vivendo mais e nascendo menos, inserir de fato as inquietações e questões que envolvem a qualidade de vida dos idosos – seja nos textos, nas novas pesquisas, nas políticas públicas, no legislar urbano, nas ações práticas, no projetar do arquiteto e urbanista –, é uma questão necessária para que, no futuro, o planejamento urbano e as demandas por moradia, no mundo, sejam inclusivas e coerentes com as necessidades dos seus moradores. Assim, a cidade se faz apta a receber todos os cidadãos, com seus direitos básicos e incontestáveis, de se fazerem existir dignamente na sociedade ou de se sentirem dignamente completos, dentro de suas próprias moradias.

REFERÊNCIAS

BAIRROS DE MACEIÓ. **Vila dos Pescadores pronta para receber novos moradores**. 2012. Disponível em: <http://www.bairrosdemaceio.net/site/index.php?Canal=Noticias%20da%20Cidade&Id=561>. Acesso em: 03 jul 2019.

BRASIL. Blog do Planalto. **Minha Casa, Minha Vida**. 2016. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 27 mar 2019.

BRASIL, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas**. Comunicados do IPEA, N° 118, 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4497/1/Comunicados_n118_Interesse.pdf. Acesso em: 07 abr 2019.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana**. [S.d]b. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/uns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 28 abr 2019.



CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do Fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 Anos da política habitacional no Brasil. In: **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. X ed. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2013.

CAVALCANTI, Débora de Barros. **Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil**. Tese de Doutorado. The London School of Economics and Political Science, 2010.

DIAS, Daniella S. O Direito à Moradia Digna e a Eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais. **Revista Eletrônica do CEAF**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n.1, out. 2011/jan. 2012

Porto Alegre/RS, 2011. Disponível em: http://www.mprs.mp.br/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao_01/vol1no1art1.pdf. Acesso em: 15 abr 2019.

FERREIRA, Míyan Patrícia Tenório. **Avaliação do conforto térmico com base em critérios normativos em apartamentos representativos do Programa Minha Casa Minha Vida**. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5756>. Acesso em: 15 ago 2019.

GAZETAWEB. **Número de idosos em AL dobrará até 2028**. 2019. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=333776>. Acesso em: 26 set 2019.

HARVEY, David. **The Right to the City**. In: New Left Review 53, 2008, p. 23-40. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city.pdf>. Acesso em: 15 set 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Agência IBGE Notícias 2008. **IBGE: população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado>. Acesso em: 03 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. **Censo 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 02 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018a. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/2098>



0-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017. Acesso em: 03 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018b. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?edicao=23111&t=resultados>. Acesso em: 11 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>. Acesso em: 10 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Agência IBGE Notícias, 2019b. **Idosos indicam caminhos para uma melhor idade**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>. Acesso em: 03 ago 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Agência IBGE Notícias, 2019d. **IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 07 ago 2019.

LEONE, Eugenia T.; MAIA, Alexandre G.; BALTAR, Paulo E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a03v19n1.pdf>. Acesso em: 29 abr 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed, 3ª reimpressão. Original: *Lei Droit à la Ville*; tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/arquivo.php?idVerbete=1556>. Acesso em: 15 set 2019.

MACEIÓ. **Plano Diretor de Maceió**. 2006. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/plano-diretor/>. Acesso em: 10 maio 2019.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, v. 12: IPEA, Fevereiro, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf. Acesso em: 04 set 2019.

MONTEIRO, Luiza Cristina Antoniossi. **Políticas públicas habitacionais para idosos: um estudo de caso sobre condomínios exclusivos**. 2012 Tese (Doutorado em Engenharia



Urbana) – Universidade Federal de São Carlos (UFISCar). São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4187>. Acesso em: 15 ago 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**, 2005. Tradução: Suzana Gontijo – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde Opas – OMS, 2005. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4478.pdf>. Acesso em:

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Guia global das cidades amigas das pessoas idosas**. 2008. Versão traduzida para o português, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>. Acesso em: 02 set 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002. Tradução de Arlene Santos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, 49 p. (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1). Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 04 set 2019.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos Humanos (1948) – DUDH**. Publicação: UNIC/Rio/005, janeiro 2009. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 15 ago 2019.

PRADO, Adriana R. de A.; LICHT, Flavia B. Idosos, cidade e moradia: acolhimento ou confinamento?. In: **A terceira idade**, Sesc-SP, v15, n. 29, janeiro de 2004. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/a9d4ef4d-6cfb-4d65-9134-4b8797561815.pdf. Acesso em: 17 ago 2019.

PRADO, Adriana R. de A; BESSE, Marcela; LEMOS, Naira D. Moradia para o idoso: uma política ainda não garantida. **Caderno Temático Kairós Gerontologia**, 8. ISSN 2176-901X, São Paulo, novembro 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/6910/5002>. Acesso em: 25 ago 2019.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As Armadilhas do pacote habitacional. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, março de 2009.

Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>. Acesso em: 17 abr 2019.

ROLNIK, Raquel. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. Equipe Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade). Novembro, 2014. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/pesquisa-mcmv/>. Acesso em: 03 mar 2020.

SILVA, Nayara Mendes. **Direito à moradia adequada para a pessoa idosa de baixa renda: um estudo quanti-qualitativo sobre políticas públicas habitacionais no interior do Estado de São Paulo**. 2019, 183 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Programa de



Pós-Graduação em Gerontologia, Universidade Federal de São Carlos – PPGGero/UFSCar.
São Carlos, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11126?show=full>. Acesso em: 02 maio 2019.